

7.07.05 - Psicologia / Psicologia Social

DEMOCRACIA E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE HORIZONTE POLÍTICO DE SOCIEDADE REALIZADA PELA EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF (PT): ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010 E AS “JORNADAS DE JUNHO” DE 2013

Milena Wanderley Barros¹, Frederico Alves Costa²

1. Estudante do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP-UFAL)
2. Professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP-UFAL)

Resumo

Nesta pesquisa investigamos a construção discursiva de horizonte político de sociedade realizada por Dilma Rousseff (PT) no contexto da eleição presidencial de 2010 e das “Jornadas de Junho”, em 2013, e problematizamos sobre como esta construção discursiva favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil. Para isso, construímos uma discussão sobre a trajetória política de Dilma articulada ao processo de construção e consolidação do PT no país. Posteriormente delimitamos as demandas sociais presentes em seu discurso e discutimos o modo como são articuladas em torno de um horizonte político de sociedade. A análise foi realizada tendo como referencial teórico Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Podemos considerar que o discurso de Dilma no contexto das eleições de 2010 se apresenta como uma continuidade do discurso do Governo Lula, caracterizado pela articulação equivalencial entre demandas sociais e demandas econômicas.

Palavras-chave: democracia; horizonte político de sociedade; Dilma

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Trabalho selecionado para a JNIC: IP-UFAL

Introdução

Esta pesquisa é parte de uma pesquisa mais ampla que se localiza no campo das ciências humanas e sociais e que visa contribuir para reflexões críticas sobre a conjuntura política brasileira atual, marcada pela descrença na representação política e pelo fortalecimento de discursos autoritários no campo político. Pesquisa esta que tem por objetivos: a) analisar a construção discursiva de horizontes políticos de sociedade que têm sido configurados no país na atualidade; b) e problematizar como este horizonte tem favorecido ou não o fortalecimento desses discursos autoritários.

Esta pesquisa apresenta relevância científica ao propor uma análise psicopolítica que contribua para reflexões sobre a conjuntura política atual brasileira e relevância social na medida em que circunscreve debates importantes referentes à construção da democracia no Brasil: que horizontes políticos têm sido construídos por importantes políticos brasileiros? Em que medida estes horizontes têm favorecido ou não o fortalecimento de discursos autoritários no país?

Para isso, analisamos a construção discursiva de horizonte político de sociedade realizada pela ex-presidente da República Dilma Rousseff (PT) no contexto da eleição presidencial de 2010 e das “Jornadas de Junho”, em 2013, e a problematização sobre como esta construção discursiva favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil.

Os objetivos específicos desse trabalho são: 1) Contextualizar historicamente a trajetória política de Dilma Rousseff, focalizando a relação entre esta trajetória e o período analisado;; 2) Delimitar as demandas sociais presentes no discurso de Dilma no contexto da eleição presidencial de 2010 e das “jornadas de junho”; 3) Discutir o modo como as demandas sociais presentes no discurso de Dilma são articuladas neste discurso e as fronteiras políticas a partir das quais ele se constitui; e 4) Discutir em que medida a construção discursiva de horizonte político de sociedade realizada por Dilma no período investigado favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil.

A pesquisa proporciona discussões de interesse para pesquisadores e estudantes das ciências humanas e sociais, bem como para outros sujeitos que visam problematizar a conjuntura política brasileira.

Metodologia

Na primeira etapa metodológica produzimos uma contextualização histórica, a partir de fontes documentais secundárias, sobre a trajetória política de Dilma Rousseff, focalizando a relação entre esta trajetória e a eleição presidencial de 2010 e as “Jornadas de junho”, em 2013. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico no Periódicos CAPES, na revista Carta Capital e no Jornal Folha de São Paulo e no sítio da Biblioteca da Presidência da República. Para a segunda e terceira fases da pesquisa, realizamos a leitura e análise de fontes documentais primárias, selecionadas no sítio da Biblioteca da Presidência da República e o sítio oficial da Fundação Perseu Abramo.

Os materiais coletados foram analisados a partir da análise do discurso, fundamentada na Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe. Esta teoria concebe a realidade como discursiva, entendendo o discurso como o resultado de uma prática articulatória e significativa que constitui e organiza relações sociais. Para discutirmos a construção discursiva de horizonte político de sociedade produzida por Dilma recorreremos ao conceito de “povo” proposto por Laclau (2013), o qual o concebe como uma lógica política construída através da articulação entre demandas sociais e do estabelecimento de fronteiras políticas. Desse modo, buscamos delimitar o discurso de Dilma a partir de elementos considerados fundamentais por Laclau (2013) para a compreensão do “povo”: a) as demandas sociais; b) a articulação entre estas demandas a partir da lógica da equivalência ou da lógica da diferença; c) o estabelecimento de fronteiras políticas, a partir da noção de antagonismo (relação amigo x inimigo).

Para debatermos como a construção discursiva de Dilma favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no Brasil, recorremos ao conceito de democracia, entendida como uma forma de sociedade histórica por excelência, que acolhe e preserva a indeterminação, de modo que a constituição da ordem social é dependente da construção de articulações políticas contingentes entre demandas sociais presentes em um contexto histórico específico (LACLAU; MOUFFE, 2015; LEFORT, 1991).

Desse modo, consideramos a compreensão de Laclau (2013) de que a constituição do “povo” é condição para o funcionamento da democracia. Entretanto, entendemos, a partir da compreensão de Mouffe (2015), que o conflito na sociedade democrática depende da sublimação do antagonismo em agonismo, de modo que o reconhecimento do pluralismo de formas de vida seja possível. O agonismo é um modo de compreender a relação antagônica não como uma relação entre inimigos, mas como uma relação entre adversários, ou seja, entre forças conflitantes que mesmo em desacordo reconhecem a legitimidade de existência uma da outra.

Resultados e Discussão

Dilma Rousseff foi aclamada pelo PT como candidata para suceder o presidente Lula nas eleições de 2010. Em seu discurso após a votação do partido, Dilma demonstrou sua felicidade e seu orgulho ao ser escolhida para dar continuidade à obra de Lula, afirmando que recebe com humildade, coragem e determinação a missão que lhe foi conferida. E relembra o passado, citando o poeta Mário Quintana: “Naqueles anos de chumbo, onde a tirania parecia eterna, encontrei nos versos de outro poeta — Mário Quintana — a força necessária para seguir em frente. Mário Quintana disse: ‘Todos estes que aí estão/ Atravancando o meu caminho,/ Eles passarão. Eu passarinho.’” (PERSEU ABRAMO, 2010). Enquanto pré-candidata, Dilma assume as responsabilidades de manter e aprofundar demandas sociais que foram marcas do Governo Lula. Nesse sentido, destaco que, como aponta Pires (2011), a campanha eleitoral de Dilma foi direcionada para apresentá-la como a candidata do Lulismo. O objetivo era a sustentação do argumento de que o modelo de governo de Dilma Rousseff era o mesmo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse sentido, o horizonte político de sociedade construído discursivamente por Dilma no contexto das eleições de 2010 é caracterizado pela continuidade do Governo Lula, tendo sua vitória sido considerada a terceira vitória consecutiva de Lula (FORTES; FRENCH, 2012). Dilma toma como principais demandas a serem satisfeitas pelo seu governo aquelas presentes no Governo Lula, mas que ainda não haviam sido plenamente sanadas; bem como se compromete com a defesa de demandas já satisfeitas, que permaneciam como alvo do “boicote” dos adversários políticos do PT, principalmente do PSDB, partido de José Serra (ROUSSEFF, 2010).

Podemos compreender que no discurso de Dilma, assim como no discurso de Lula, a demanda pelo combate à fome e as demandas por criação de empregos, por universalização do atendimento à saúde e à educação, pelo acesso à terra, pela melhoria das condições de vida da população brasileira, pelo combate à miséria e a pobreza, pela reforma agrária, pelo fim da desigualdade social e pela retomada do crescimento sustentado encontram-se articuladas equivalencialmente a partir do antagonismo aos governos anteriores, sobretudo aos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Atribuía-se a estes governos a responsabilidade pela insatisfação daquelas demandas em razão de terem focalizado políticas econômicas (neoliberais) em detrimento de políticas sociais, gerando estagnação, miséria e desigualdade social. Importante destacar, entretanto, que demandas neoliberais defendidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) também faziam parte das cadeias discursivas construídas por Lula e por Dilma. Entendemos que o antagonismo ao governo FHC e, ao mesmo tempo, a manutenção de demandas neoliberais no discurso petista foi possível em razão da construção discursiva que os governos petistas, diferente dos anteriores, juntariam o econômico com o social (BRASIL 2005).

Essa estratégia de articulação de demandas neoliberais e políticas sociais se deu a partir da consideração de que para colocar o Brasil em novos trilhos e retomar o crescimento econômico foi necessário tomar algumas medidas duras, uma vez que não tinha outra alternativa, pois as coisas no Brasil vinham de um jeito que, ou se arrumava a economia de uma vez, reduzindo os gastos do país drasticamente, ou não seria possível fazer as mudanças e reformas (BRASIL, 2005).

Ao iniciar seu governo, Dilma teve que enfrentar antigos adversários de Lula e do PT, uma determinada parte da classe média que criticava de forma incisiva os programas sociais desenvolvidos pelo governo (PINTO, 2017). Em 2013 ocorreu o fenômeno “Jornadas de Junho”, momento político extremamente importante de ser ressaltado em razão do impacto da mobilização social, seja no sistema político institucional ou eleitoral, seja na reconfiguração do modo de expressão do ativismo social, uma vez que as Jornadas de Junho incentivaram novos atores a se organizarem politicamente utilizando discursos e repertórios aprendidos nelas (PEREZ, 2019).

No entanto, como aponta Pinto (2017), as manifestações tomaram um rumo diferente do que previa as convocações do MPL: passaram de um movimento contra o aumento de passagem para um evento contra a

corrupção, os políticos, os partidos políticos e o governo Dilma. Uma característica marcante das manifestações foi a diversidade de pessoas, sendo a maioria delas não integrantes de nenhum grupo organizado, eram indivíduos indignados com a corrupção, com os políticos, e identificavam no governo Dilma a culpa pelo que chamavam de caos na saúde, na educação e na segurança (TATAGIBA; GALVÃO, 2019; PINTO, 2017).

Segundo Dilma, a partir do impulso dessa energia política, seria possível realizar muita coisa que o Brasil ainda não tinha conseguido realizar por causa de limitações políticas e econômicas. Contudo, salienta, que se deixássemos que a violência nos fizesse perder o rumo, estaríamos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder, tendo em vista toda a trajetória que o Brasil precisou percorrer para se tornar um país democrático e também a luta para se tornar um país mais justo. E afirma que, como presidenta, tem a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia (BRASIL, 2013b; BRASIL, 2013c). Dilma aponta que a mensagem direta das ruas é pacífica e democrática e diz que essa mensagem das ruas reivindicam um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos e exigem serviços públicos de mais qualidade, defendendo que para conseguir proporcionar essas mudanças as instituições e os governos devem mudar (BRASIL, 2013b; BRASIL, 2013d).

Importante salientar a construção da demanda de combate à corrupção nas Jornadas de Junho, pois se trata de uma demanda que se tornou evidente anos antes, no “escândalo do mensalão”. Ademais, apesar de ser considerada um dos pilares históricos do PT, esta demanda não foi uma das demandas privilegiadas no horizonte político de sociedade construído por Dilma no contexto das Eleições de 2010, como apontado anteriormente.

Conclusões

Considerando as duas questões chave da pesquisa - que horizonte político foi construído pela ex-presidenta da República Dilma Rousseff (PT) no contexto da eleição presidencial de 2010 e das Jornadas de Junho, em 2013? Em que medida este horizonte favoreceu ou não o fortalecimento de discursos autoritários no país? - no que diz respeito à primeira questão, podemos considerar que o horizonte político de sociedade construído discursivamente por Dilma no contexto das eleições de 2010 se apresenta como uma continuidade do horizonte político de sociedade construído por Lula em seus dois mandatos (2003-2010), caracterizado pela articulação equivalencial entre demandas sociais presentes na cadeia tradicional petista e demandas econômicas presentes na cadeia neoliberal representada pelo PSDB. O que permitiu-nos entender o Lulismo como uma cadeia hegemônica alternativa (LACLAU, 2013) a estas duas cadeias antagônicas, sedimentando-se discursivamente a partir do borramento entre elas, dificultando a construção de antagonismos contra o governo.

Para Dilma, os governos Lula proporcionaram um caminho de profundas transformações sociais em um clima de paz, de respeito e de fortalecimento da democracia. As Jornadas de Junho de 2013 visibilizaram uma pluralidade de demandas sociais e, portanto, de insatisfações com a ordem social sedimentada. Nesse contexto, Dilma ressalta as vozes das ruas – que não fossem violentas – precisavam ser ouvidas, uma vez que as manifestações mostravam a força da nossa democracia e que a busca pela satisfação das demandas ia além dos mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos políticos, das associações e dos próprios meios de comunicação (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b).

A partir disso, Dilma evidenciou que seu governo ouve essas vozes porque uma característica dele era o comprometimento com a transformação social. E afirma que entende que as demandas da população mudam. Mudam quando o Brasil também muda, seja porque houve um aumento da renda, seja porque houve uma ampliação ao acesso ao trabalho, porque houve mais acesso à educação, etc. Dessa forma, podemos compreender que a demanda por transformação social, central no modo que Dilma significava os governos Lula nas Eleições de 2010, torna-se ainda mais evidente no discurso de Dilma no contexto das Jornadas de Junho, atuando como um significante vazio que busca representar não mais apenas seu programa de governo, mas também todas as demandas evidenciadas nas manifestações, inclusive a demanda anticorrupção.

Em relação à segunda questão chave da pesquisa, podemos afirmar que a fronteira entre “nós” e “eles” é estabelecida no discurso de Dilma em torno da lógica agonista. É possível perceber, em diferentes momentos no discurso de Dilma, o apelo ao respeito à pluralidade de formas de vida como condição para a democracia, defendendo a promoção da igualdade entre diferentes setores da sociedade. Além disso, podemos observar em seu discurso, especificamente no contexto das Jornadas de Junho, em 2013, a defesa da legitimidade das manifestações que estavam acontecendo no país, reconhecendo seus adversários como atores legítimos e não como inimigos, não favorecendo o fortalecimento de discursos autoritários no país. No entanto, é importante destacar também a postura de Dilma sobre a necessidade de combater uma parcela violenta das manifestações, sendo ressaltado o respeito à lei e à ordem como indispensável para a democracia.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidente. Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo em 2004 e perspectivas para 2005. 02, jan, 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-dasilva/discursos/1o-mandato/2005/02-01-2005-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-de-radio-e-tv-sobre-as-realizacoes-dogoverno-em-2004-e-perspectivas-para-2005/view>. Acesso em: 23/03/2020.

_____. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. 21, jun. 2013a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilmarousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republicadilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 25/04/2021.

_____. Programa de rádio "Café com a Presidenta", com a Presidenta da República, Dilma Rousseff. 24, jun. 2013b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilmarousseff/cafe-presidenta/programa-de-radio-2013cafe-com-a-presidenta2013d-com-apresidenta-da-republica-dilma-rousseff-92>. Acesso em: 26/04/2021.

_____. Programa de rádio "Café com a Presidenta", com a Presidenta da República, Dilma Rousseff. 01, jul. 2013c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilmarousseff/cafe-presidenta/programa-de-radio-2013cafe-com-a-presidenta2013d-com-apresidenta-da-republica-dilma-rousseff-93>. Acesso em: 26/04/2021.

_____. Discurso de la Presidenta de la República de Brasil, Dilma Rousseff, sobre las manifestaciones en Brasil. 18, jun. 2013d. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilmarousseff/discursos/discursos-da-presidenta/copy_of_discurso-da-presidenta-darepublica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-lancamento-do-marco-regulatorio-damineracao-brasilia-df. Acesso em: 25/04/2021.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A "Era Lula", as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, v. 24, n. 1, p. 201-228, 2012.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LEFORT, C. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PERSEU ABRAMO. PT aclama Dilma Rousseff candidata à sucessão de Lula. Leia a íntegra do discurso. **Fundação Perseu Abramo**, 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/02/22/pt-aclama-dilma-rousseff-candidata-a-sucessao-delula-leia-a-integra-do-discurso/>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 100, p. 119-153, 2017.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro. **Revista Debates**, v. 5, n. 1, p. 139, 2011.

ROUSSEFF, Dilma. Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. Brasil, 2010. Disponível em: http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2021.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A "Era Lula", as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, v. 24, n. 1, p. 201-228, 2012.